Universidade de Brasília e Advocacia-Geral da União

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E GESTÃO

2020 • 2023

COOPERAÇÃO • CONHECIMENTO • GESTÃO PÚBLICA

DESTAQUE DESTA EDIÇÃO

Sistema Eletrônico Atividades de Ensino



Conheça o sistema que facilita o registro e análise de compatibilização e verificação das atividades de nível superior exercidas por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Jorge Rodrigo Araújo Messias ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - SUBSTITUTO

Flávio José Roman

DIREÇÃO GERAL DA AGU

Secretária-Geral de Consultoria

Clarice Costa Calixto

Procurador-Geral da União

Marcelo Eugênio Feitosa Almeida

Consultor-Geral da União

André Augusto Dantas Motta Amaral

Procuradora-Geral Federal

Adriana Maia Venturini

Secretária-Geral de Contencioso

Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda

Corregedor-Geral da Advocacia da União

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União

João Carlos Souto

Ouvidor da Advocacia-Geral da União

Francis Christian Alves Scherer Bicca

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretária-Geral de Administração

Elisa Monteiro Malafaia

Chefe de Gabinete

Andreza Viana Costa e Silva

Diretor de Planejamento, Orçamento,

Finanças e Contabilidade

Márcio Bastos Medeiros

Coordenador-Geral de Planejamento,

Orcamento, Finanças e Contabilidade

Carlos Eduardo Lacerda Veiga

Coordenador-Geral de Planejamento Setorial

Leandro Luciano

Coordenador de Contabilidade e Custos

Bruno Nóbrega Luiz

Coordenador de Orçamento e Finanças

Márcio Henrique da Silva

Equipe Técnica

Adriana Rodrigues dos Santos Anne Isabela Mendonça Takaki

Carlos Alexandre Moura da Silva

Cleidemário Luiz de Souza

Danilo de Freitas Queiroz

Fábio Ataide de Freitas Melo Frederico Rodolfo Lima da Silva

Guilherme Pereira Correa Samy

Héles Resende Silva Junior

Hermínio Alvares Muzzi

Ivaldo de Mesquita Veras

José Carlos Carreira dos Santos

Keily Cristiny Saude Rodrigues

Márcio Henrique da Silva

Marco Antônio Rodrigues Pieroni

Marcos Paulo Alves Decicco

Maria Lúcia Silva Malta

Paola Benazi Vieira Paulo Roberto Lobão Lima

Ronaldo Franco Oliveira

Rosiane Maria Alves De Carvalho

Samuel Wiaczorek Mariano

Silvia Helena Pimentel do Nascimento

Thiago de Jesus Rosa

Tomaz de Aguino Mendes Neto

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

Procurador-Geral da União

Marcelo Eugênio Feitosa Almeida Subprocuradora-Geral da União

Márcia Bezerra David

Procurador Nacional da Procuradoria Nacional de

Patrimônio Público e Probidade

Raniere Rocha Lins

Equipe Técnica

Luiz Soares de Andrade Filho Marco Antônio Del Águila de Lima Maurício Andrade Silva Junior Paulo Henrique dos Santos Talita Maciel da Cruz Franqueira Taylor Rodrigues Lopes

CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Corregedor-Geral da Advocacia da União

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Subcorregedor-Geral da Advocacia da União

Talius de Oliveira Vasconcelos

Eauipe Técnica

Aline Veloso dos Passos

Amanda Barbuda Perez Fernandes

Ana Claudia de Sousa Freitas

Cleuber Teotonio Vieira

Kíssila Almeida Silva Amarante

Geisly de Souza Gonçalves

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Márcia Abrahão Moura

Decana de Pesquisa e Inovação – DPI

Maria Emília Machado Telles Walter

Coordenador do Laboratório de Tecnologias da Tomada

de Decisão – Latitude

Rafael Timóteo de Sousa Júnior

Equipe Técnica UnB/Latitude

Rafael Timóteo de Sousa Júnior

Demétrio Antônio da Silva Filho

Georges Daniel Amvame Nze

William Ferreira Giozza

Daniel Alves da Silva

Fábio Lúcio Lopes de Mendonça

Robson de Oliveira Albuquerque

Márcio Aurélio de Souza Fernandes

Alessandro de Souza Mendes

André Luiz de Souza

Antônio Igor Carvalho

Ariovaldo Dias Furtado

Carlos Frederico S. Habel

Daniel Alves Tavares

Danielle Alves de Oliveira Tabosa Dário Pereira dos Santos

Ellen Katharine Souza Coelho

Emanuela de Carvalho Monção Fernando de Araújo Lacerda Neto

Fernando Gonçalves de Oliveira

Francisco Lopes de Sousa Júnior

Francisco Vitor Lopes da Frota

Geovana Ramos Sousa Silva

Glayder Wanderson Souza da Silva

Guilherme Fay Vergara

Guilherme Guy de Andrade Hugo Aragão de Oliveira

Jéssica Dayane da Silva Viana

João Francisco Lopes Gonçalves Júnior

Jonathan Moreira Lima

José Fortes Neto

Juliana Queiroz de Castro

Kelly Santos de Oliveira Bezerra

Lameque Fernandes Azevedo Lucas Afonso da Silva

Ludmila Bravim Santana

Marcelo Araújo Filho

Marcus Vinícius Alvarenga Nascimento

Marcus Vinícius Ramos Abrantes

Maria Karolina Beckman Pires

Matheus Souza Fonseca Narmer Abouhassan de Carvalho

Natália Elisa Barboza Lucchetti

Nayara Gomes Lima

Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda Rodrigo Fay Vergara

Rodrigo Marques dos Santos

Sigfredo Farias Rocha

Thaís Oliveira Silva

Tiago Ianuck Chaves Victor Hugo Justino Garcia Praciano

Viviane Cristina Soares Alves

FOTOGRAFIAS ACERVO UnB

ILUSTRAÇÕES E FOTOS ILUSTRATIVAS

Licença de imagens br.freepik.com Licença de imagens canva.com Licenças gratuitas usplash.com

Licenças gratuitas vecteezy.com

Universidade de Brasília e Advocacia-Geral da União

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E GESTÃO

Cooperação • Conhecimento • Gestão Pública

2020 • 2023

Elisa Monteiro Malafaia, Márcio Bastos Medeiros, Carlos Eduardo Lacerda Veiga Autores

Georges Daniel Amvame Nze, Daniel Alves da Silva, Viviane Cristina Soares Alves Organizadores



Brasília - DF Universidade de Brasília 2023

© 2023

Este trabalho está licenciado com uma Licença <u>Creative Commons - Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)</u>, sendo permitido apenas o download e o compartilhamento de determinado trabalho, desde que atribuído o devido crédito. Não pode haver alterações nem utilização para fins comerciais.



[1ª edição]

Elaboração e informações

Universidade de Brasília Departamento de Engenharia Elétrica
Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão - Latitude
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Área 1, 12, Distrito Federal - Faculdade de Tecnologia - Dep. Eng.
Elétrica - Asa Norte. CEP: [70910-900] Brasília - DF, Brasil.
Contato: (61) 3107-5597 Site: www.latitude.unb.br/ E-mail: seclatitude@redes.unb.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

I58 Inovação tecnológica e gestão [recurso eletrônico] : cooperação, conhecimento, gestão pública 2020-2023 / Georges Daniel Amvame Nze, Daniel Alves da Silva, Viviane Cristina Soares Alves, organizadores. - Brasília: Universidade de Brasília, 2023. 77 p.: il. Inclui bibliografia. Formato PDF. ISBN 978-65-85259-24-8 (e-book). 1. Advocacia-Geral da União (Brasil) -Administração. 2. Inovações tecnológicas. 3. Gestão pública. I. Nze, Georges Daniel Amvame (org.). II. Silva, Daniel Alves da (org.). III. Alves, Viviane Cristina Soares (org.). CDU 005.591.6

Camila M. Mendes Barcelos - CRB 1/2193

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Carlos Eduardo Lacerda Veiga

SISTEMA ELETRÔNICO ATIVIDADES DE ENSINO	. 7
PAINEL DE GESTÃO DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	16
ARQUITETURA DE INTEGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS SIAPE	22
PAINEL GEOGRÁFICO DO PROGRAMA IES	26
PORTAL DE SERVIÇOS DA DPOF	31
SISTEMA DE RETIFICAÇÃO E RESTITUIÇÃO DE GRU	36
SISTEMA DE CONSULTA DE INFORMAÇÃO DE GRU	42
PNDI - SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	46
PAINEL GERENCIAL DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E	
FINANÇAS	54
CAPACITAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	60
CURSOS	68





APRESENTAÇÃO

Carlos Eduardo Lacerda Veiga Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Gestor da Cooperação)

acordo de cooperação celebrado entre a Advocacia-Geral da União e Universidade de Brasília traz benefícios para a AGU e órgãos vinculados, com grandes entregas e resultados na Procuradoria-Geral da União, Corregedoria-Geral da União - atendendo não somente servidores, mas membros da Instituição, bem como incentivando parceria com outros órgãos — permitindo que pesquisadores e especialistas de diferentes áreas da instituição unam suas habilidades e conhecimentos buscando soluções eficazes e criando um ambiente propício para inovação e desenvolvimento.

A colaboração estratégica entre AGU, UnB e seus integrantes foi capaz de implementar práticas mais adequadas de gestão pública, maximizando resultados, provendo a inovação na AGU e órgãos vinculados.

Assim, ressalta-se um importante aspecto fundamental que é o de garantir aprimoramento, desenvolvimento de estudo de pesquisas e transmissão de conhecimento, agregando valor por meio do compartilhamento de processos, tendências, abrindo espaço para a troca, capacitação, crescimento profissional e pessoal. Logo, esse projeto refletiu também diretamente nas estratégias de colaboração dos principais atores da instituição: as pessoas.

Ao unir forças, compartilhar recursos e conhecimentos, o acordo de cooperação evidencia o quanto iniciativas como essa impulsionam o progresso, criando um impacto significativo na sociedade ao inspirar outras instituições da Administração Pública.

Essa parceria mostra que a colaboração pode trazer resultados transformadores, trazendo reconhecimento e valorizando o esforço e a dedicação de cada integrante desse projeto em fazer e acontecer. Seja por meio de suas habilidades técnicas, sua capacidade de liderança, sua criatividade ou seu compromisso com prazos e metas, cada um desempenhou um papel fundamental na construção de um ambiente de trabalho ainda mais produtivo.



SISTEMA ELETRÔNICO ATIVIDADES DE ENSINO

Conheça a solução que otimiza processos, promovendo uma ampla visão da gestão da informação de atividades de ensino superior realizadas por membros da AGU.

Corregedoria-Geral da União (CGU) é um órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União (AGU) e tem como algumas de suas atribuições gerenciar a edição de normas complementares do Sistema Eletrônico Atividades de Ensino.

A plataforma tem por intuito facilitar o registro, análise e acompanhamento das atividades de ensino superior realizadas por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da AGU, sem caracterização de conflito de interesse, conforme o artigo 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

É também de responsabilidade da CGU divulgar semestramente uma lista com os nomes dos declarantes das atividades de ensino superior realizadas por esses membros da AGU.

O fluxo desse processo se iniciava com a declaração das atividades, que eram analisadas pela Chefia da Unidade quanto à compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo, considerando-se o cumprimento da jornada, o horário de funcionamento do órgão, a localidade, e, especialmente, o dever de disponibilidade ao serviço público.

Para otimizar essa rotina, foi desenvolvido um protótipo de software que visa utilizar as melhores práticas de desenvolvimento para microsserviços, de modo a acompanhar as atividades de ensino superior junto à Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU), diminuindo inconsistências e facilitando a gestão da tomada de decisão.

Nesse sentido, este projeto visou:

- Aperfeiçoar os procedimentos de coleta, processamento e tratamento de informações relativas ao exercício de atividades de magistério.
- Controlar o acesso às informações.
- Disponibilizar informações gerenciais para grupos de interesse.
- Facilitar a interoperabilidade entre sistemas.
- Facilitar o acesso às informações ao usuário.
- Gerenciar e padronização dos processos de análise.
- Otimizar a segurança e controle.
- Otimizar o processo de acompanhamento de atividades de ensino.
- Otimizar os processos operacionais para evitar retrabalho.

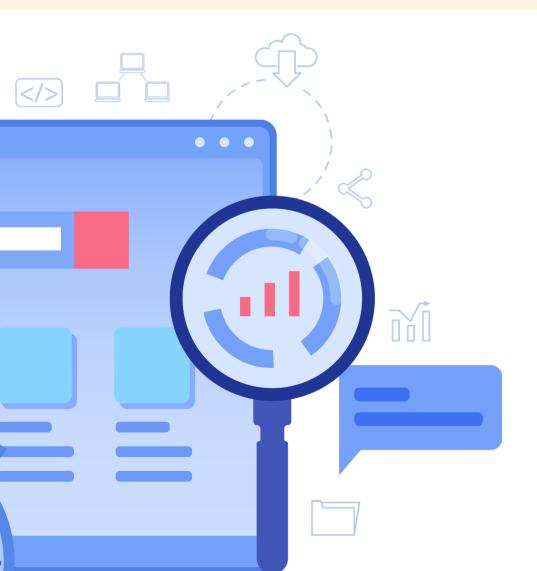


BENEFÍCIOS DO SISTEMA ELETRÔNICO ATIVIDADES DE ENSINO

O produto desenvolvido permite observar diversos benefícios que vão além de centralização da gestão de informações: o Sistema de Acompanhamento das Atividades de Ensino permite uma ampla visão dos aspectos da gestão das atividades de ensino dos membros da AGU.

Com isso, a tomada de decisão se torna mais ágil e mais eficiente, diminuindo riscos e possíveis erros, além de promover a otimização de tempo e de recursos alocados na gestão das informações.

Outro benefício a se destacar é a participação integrada das áreas, que se mostram mais comprometidas, o que reforça o senso de construção colaborativa, com foco em resultados.



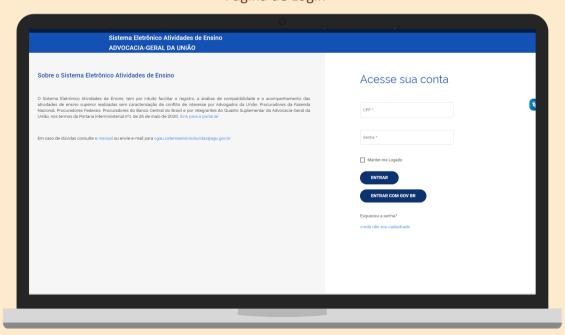
TELAS DO SISTEMA MEMBRO (DECLARANTE)

O Membro é responsável por:

- Realizar o cadastro.
- Preencher o Formulário de Atividades de Ensino, cujo andamento acompanhará por meio do sistema.
- Indicar a chefia da unidade de exercício para analisar seu formulário de atividades.
- Caso o formulário não seja atestado pela chefia imediata, poderá, no prazo de 10 dias, interpor recurso ao superior hierárquico da chefia da Unidade em exercício.



Página de Login



Fonte: acervo da AGU.

Sistema Eletrônico Atividades de Ensino **≡** Menu USUÁRIO MEMBRO X ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO Início / Formulário de Atividades **Atividade** EXCLUIR Formulário de Atividades Dados do Declarante Chefia da Unidade 🛑 Especificações da Atividade de Ensino 😑 Declaração do Membro 248.069.350-34 fernando.infinite@gmail.com É Ocupante de Cargo ou Função em Comissão? Cargo Efetivo * Matrícula * ☐ Está em Dedicação Exclusiva na CGAU? Orgão de Direção * Unidade de Lotação *

Formulário de cadastro

Fonte: acervo da AGU.

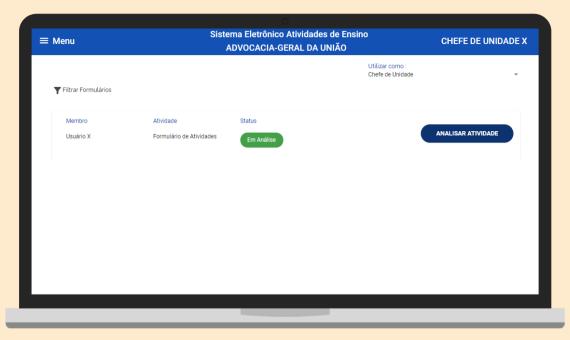


CHEFE DE UNIDADE

O Chefe de Unidade é o responsável por:

- Realizar análise do formulário de atividades de ensino.
- Atestar ou não as informações apresentadas pelo membro.
- Indicar o superior hierárquico da Chefia de Unidade caso não ateste o Formulário de Atividades de Ensino.

Analisar formulário de Atividades de Ensino



Fonte: acervo da AGU.

Tela analisar da chefia

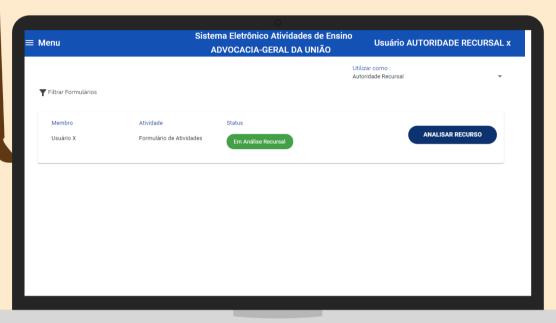


Fonte: acervo da AGU.

AUTORIDADE RECURSAL

A Autoridade Recursal é responsável por deferir ou indeferir os pedidos recursais do Formulário de Atividades de Ensino.

Tela analisar recurso do formulário de atividade de ensino - Autoridade Recursal



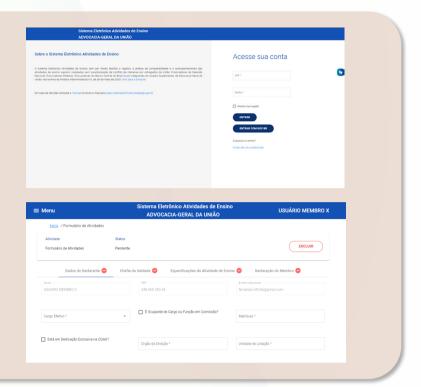
Fonte: acervo da AGU.

Tela analisar recurso do formulário de atividade de ensino - Autoridade Recursal

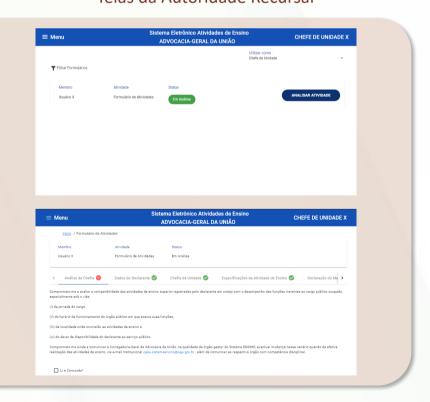


Fonte: acervo da AGU.

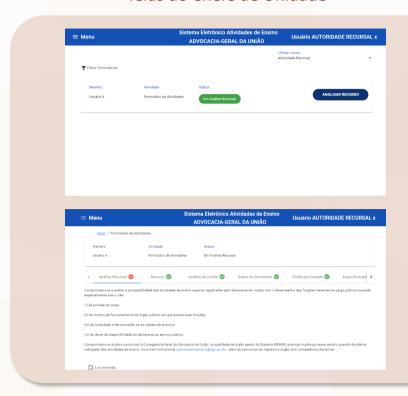
Telas dos Membros



Telas da Autoridade Recursal



Telas do Chefe de Unidade





Equipe Técnica UnB/Latitude: Dário Pereira dos Santos, Fernando de Araújo Lacerda Neto, Fernando Gonçalves de Oliveira, Francisco Vitor Lopes da Frota, Guilherme Fay Vergara, Lucas Afonso da Silva, Márcio Aurélio de Souza Fernandes, Narmer Abouhassan de Carvalho.

Equipe Técnica AGU: Aline Veloso dos Passos, Amanda Barbuda Perez Fernandes, Ana Claudia de Sousa Freitas, Cleuber Teotonio Vieira, Kíssila Almeida Silva Amarante, Geisly de Souza Gonçalves.



Painel de Gestão da Secretaria-Geral de Administração é uma ferramenta que permite ao gestor ter uma visão clara e rápida de dados essenciais no processo de tomada de decisão, o que traz para a organização um alto ganho de tempo, eficiência, transparência, qualidade da informação e integração de dados com diversas bases para cruzamentos de dados, agilizando e promovendo maior praticidade em sua rotina de trabalho.

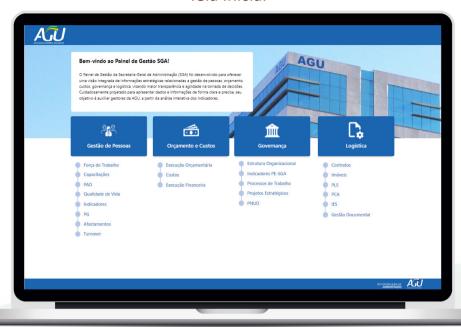
A Secretaria-Geral de Administração (SGA) está ativamente envolvida no estabelecimento de áreas como gestão de pessoal, gestão financeira e orçamentária, gestão logística, gestão de documentos e gestão de ações disciplinares para o pessoal administrativo que trabalha na AGU. Sendo assim, necessita de uma visão abrangente e atualizada de informações importantes para subsidiar as tomadas de decisões relativas à gestão de pessoas, orçamento, despesas, governança e logística.

O Gabinete é a área responsável por assistir a Secretária-Geral de Administração em sua representação política, social e administrativa, facilitando a comunicação com outras organizações e departamentos da AGU, fornecendo suporte técnico e coordenando atividades de apoio administrativo. Ou seja, consiste na assessoria técnica e na coordenação dos processos disciplinares e administrativos. Dessa forma, o Gabinete elaborou a iniciativa para construir o painel com a estruturação inicial do projeto em termos de artefatos e a indicação dos produtos e subprodutos a serem inicialmente trabalhados, além de ajudar e validar todo o processo, desde o design até os indicadores que melhor atenderiam a visão estratégica do órgão. Vale ressaltar que o Painel de Gestão teve o apoio de todas as áreas da SGA, cada uma em sua respectiva forma de atuação dentro da AGU, tais como:

- Gabinete da Secretaria-Geral de Administração (GabSGA): além da estruturação do projeto, tal unidade colaborou com sua visão estratégica em relação a estrutura organizacional e a cadeia de valor da referida SGA. Ademais, mediante a aba PAD, refletiu em parte suas atribuições com os dados de processos disciplinares.
- Coordenação-Geral de Estratégia, Governança e Riscos: assim como o GabSGA, contribuiu com sua visão estratégica para todo o painel da SGA, atuando ativamente nas validações dos produtos, e estruturou os indicadores de Processos, Governança, Riscos e Planejamento Estratégico.
- Já a Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade elaborou os indicadores de Custos, Execução Financeira e Orçamentária e IES.
- As Diretorias de Gestão de Pessoas e de Desenvolvimento Profissional fizeram os indicadores de Força de Trabalho, Capacitações, PAD, Qualidade de Vida, Indicadores de Gestão de Pessoas, Programa de Gestão, Afastamentos e Turnover.
- Por fim, a Diretoria de Logística e Gestão Documental elaborou os indicadores de Contratos, Imóveis, Plano de Logística Sustentável (PLS), Plano de Contratações Anual (PCA) e Gestão Documental.



Tela Inicial



Fonte: Acervo da AGU.

Contratos



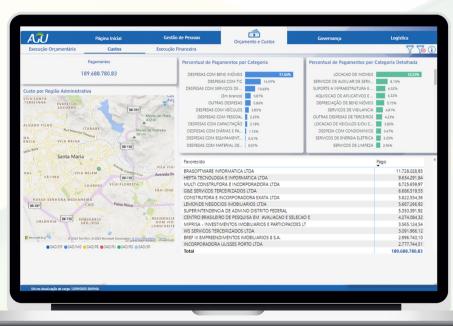
Fonte: Acervo da AGU.

Programa de Instalações Eficientes e Sustentáveis da AGU



Fonte: Acervo da AGU.

Custos



Fonte: Acervo da AGU.

Projetos Estratégicos



Fonte: Acervo da AGU.



Equipe Técnica UnB/Latitude: Jonathan Moreira Lima, Fernando Gonçalves de Oliveira, Viviane Cristina Soares Alves, Juliana Queiroz de Castro, Marcus Vinicius Ramos Abrantes.

Equipe Técnica AGU: Andreza Viana Costa e Silva, Marco Antonio Rodrigues Pieroni e Rosiane Maria Alves De Carvalho.



ARQUITETURA DE INTEGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS DO SIAPE

Aprimorar a eficiência e a automação dos processos de gerenciamento de dados no Siape utilizados pela Coordenação de Contabilidade (CONTA) da Advocacia-Geral da União (AGU).

ensalmente, a Coordenação de Contabilidade (CONTA) é responsável por capturar os dados mais recentes sobre despesas com pessoal fornecidas pelo Siape. Portanto, a AGU e a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF) constatou a necessidade de obter informações da base de dados do Siape de forma eficiente, acessível e automatizada, otimizando, assim, a carga de trabalho.

A partir do entendimento inicial, a equipe da Universidade de Brasília (UnB) viu a necessidade de construção de um repositório com dados financeiros e contábeis do Siape, a fim de facilitar a geração de folhas de pagamento dos servidores da AGU.

O projeto consistiu no desenvolvimento de uma solução de integração automatizada de dados entre a base de dados Siape e um banco de dados PostgreS-QL, utilizando Python e um cliente SOAP personalizado. A solução extrai os dados do Siape, aplica as transformações solicitadas e armazena os dados processados no PostgreSQL.

O projeto visou atender às necessidades da equipe de contabilidade na geração de relatórios atualizados e confiáveis a partir dos dados do Siape, garantindo consistência, qualidade e automação no processo de ETL.

O diagrama de arquitetura da automatização destaca as principais camadas e componentes do sistema, bem como as interações entre eles, oferecendo uma visão geral do fluxo de dados e dos processos que ocorrem desde a extração dos dados brutos até a apresentação dos resultados ao usuário final.

Diagrama de automação Camada de Camada de Carga Carga Camada de Carga Camada de Carga Camada de Carga Camada de Carga

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O diagrama inclui os seguintes elementos principais:

- Camada de Extração: é realizada a coleta de dados brutos do Siape.
- Camada de Transformação: realiza as transformações necessárias nos dados brutos.
- Camada de Carga: realiza a carga dos dados transformados no Banco de Dados PostgreSQL.
- Banco de Dados PostgreSQL: armazenamento dos dados processados e prontos para consulta.

O projeto trouxe benefícios, sendo eles:

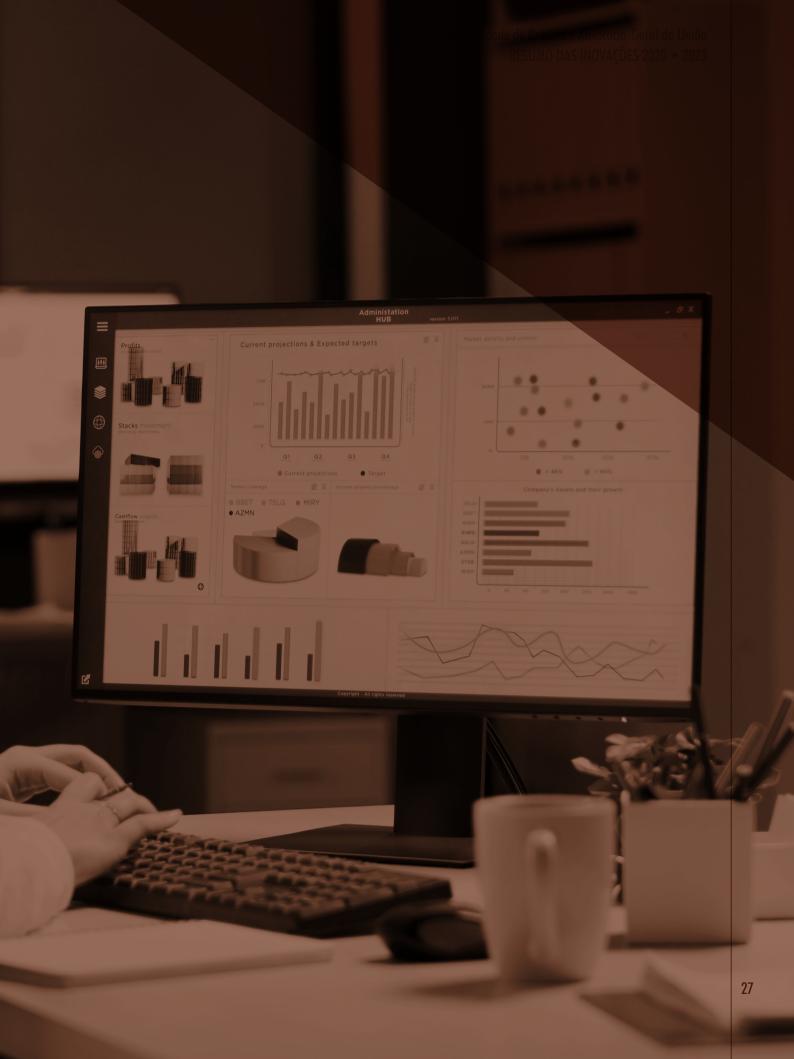
- Disponibilização de informações gerenciais.
- Facilitação do acesso às informações.
- Geração de relatórios atualizados e precisos.



Equipe Técnica UnB/Latitude: Alessandro de Souza Mendes, Guilherme Fay Vergara, Márcio Aurélio de Souza Fernandes, Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda.

Equipe Técnica AGU: Ivaldo de Mesquita Veras.

INSTALAÇÕES EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS (IES)

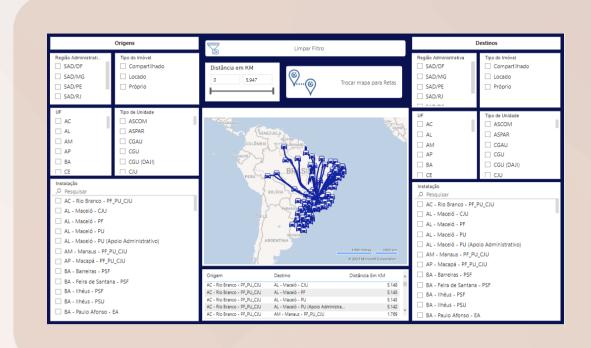


O IES é um programa que mapeia anualmente todas as unidades da Advocacia-Geral da União (AGU), administradas pela Secretaria-Geral de Administração (SGA) através de questionários respondidos pelos chefes das unidades e dos coordenadores administrativos.

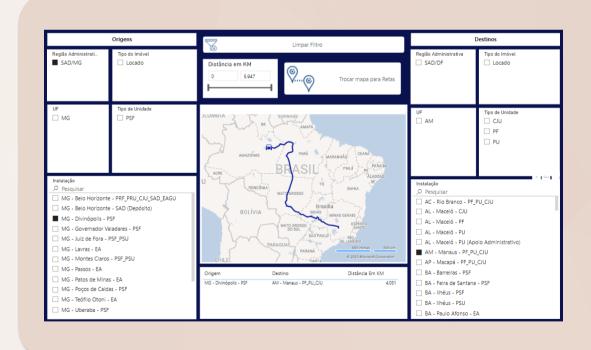
A Coordenação-Geral de Planejamento Setorial (CGPS), da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (DPOF), é responsável pelo Programa AGU Instalações Eficientes e Sustentáveis (IES), criado em 2012, mapeando anualmente todas as unidades da Advocacia-Geral da União (AGU), administradas pela Secretaria-Geral de Administração (SGA), sendo avaliadas as condições físicas e de funcionamento da unidade, além de atualizada a respectiva população vinculada.

O programa tem como principal objetivo levantar um diagnóstico dos serviços prestados pela SGA, bem como identificar e classificar os imóveis relacionados ao funcionamento da AGU, com base nas respostas, observações e depoimentos dos próprios gestores de cada uma das unidades do órgão espalhadas pelo país. Além disso, o programa subsidia ações relacionadas a projetos desafiadores que buscam promover a otimização de estruturas e reorganização dos espaços físicos com integração de unidades e auxiliar na criação de modelos de trabalho que dão suporte, por exemplo, na elaboração de propostas de extinção de unidades.

Sendo assim, para auxiliar nas propostas de extinções de unidades, foi criado, com base no programa IES, painel geográfico que apresenta as distâncias de um destino para várias localidades, com filtros para que o usuário possa direcionar as análises que deseja. Com base nesses resultados, o usuário poderá analisar a viabilidade, a partir da combinação de distâncias entre imóveis, em eventual elaboração de proposta de extinção de unidade, com o objetivo de reduzir custos. Entre as vantagens, temos a otimização do tempo e do processo para análise.



Fonte: acervo da AGU.



Fonte: acervo da AGU.

Equipe Técnica UnB/Latitude: Márcio Aurélio de Souza Fernandes, Guilherme Fay Vergara, Alessandro de Souza Mendes, Jonathan Moreira Lima, Viviane Cristina Soares Alves.

Equipe Técnica AGU: Fábio Ataide de Freitas Melo, Hermínio Alvares Muzzi, José Carlos Carreira dos Santos, Keily Cristiny Saude Rodrigues, Leandro Luciano, Paulo Roberto Lobão Lima, Samuel Wiaczorek Mariano, Thiago de Jesus Rosa.



PORTAL DE SERVIÇOS DA

A Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (DPOF) é vinculada à Secretaria-Geral de Administração (SGA), sendo responsável por assistir o Secretário-Geral de Administração na sua área de atuação.

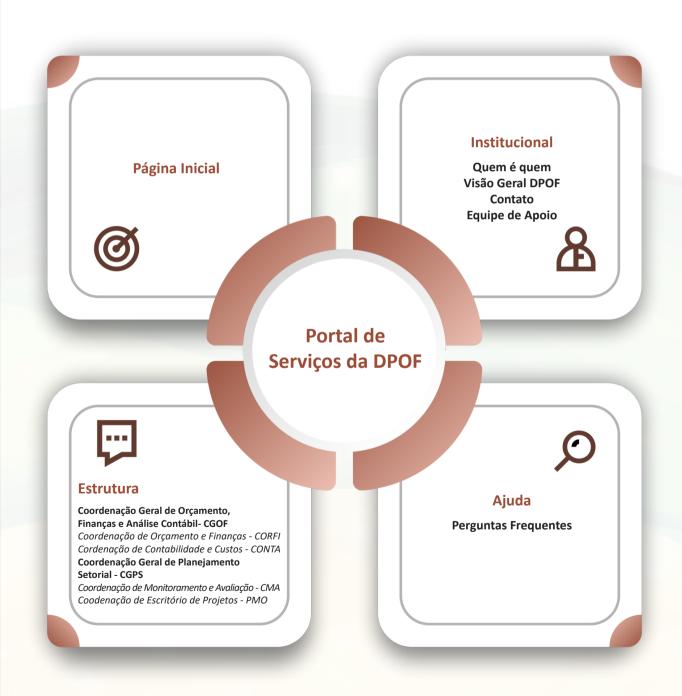
abe à DPOF planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades setoriais relacionadas aos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Após diversos levantamentos, verificou-se que, por ser uma unidade importante dentro da SGA, a DPOF necessitava da criação de um centro unificado de serviços com a integração de sistemas e suas interoperabilidades, onde os interessados poderiam acessar os serviços disponibilizados de maneira fácil e segura. Em vista disso, a DPOF, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), prototiparam o Portal de Serviços da DPOF.

O projeto desenvolveu melhorias tecnológicas que englobam um leiaute mais intutivo, uma melhor arquitetura das informações, expansão dos serviços e uma nova forma de se comunicar com os usuários.

Tais mudanças proporcionam agilidade, redução do tempo em algumas funcionalidades, maior segurança, disponibilização de serviços já existentes e, sobretudo, de novos serviços.

Nesse sentido, este projeto trouxe como arquitetura para o Portal de Serviços da DPOF:



VEJA OS SERVIÇOS QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DE SERVIÇOS DA DPOF



Consulta de Guia de Recolhimento da União - GRU Sistema de Restituição e Retificação de GRU Instalações Eficientes e Sustentáveis – IES



Comprasnet Contratos Central de Atendimento Central de Serviços e-Contas | Portal Tribunal de Contas da União - TCU Rede Serpro SIAFI Web

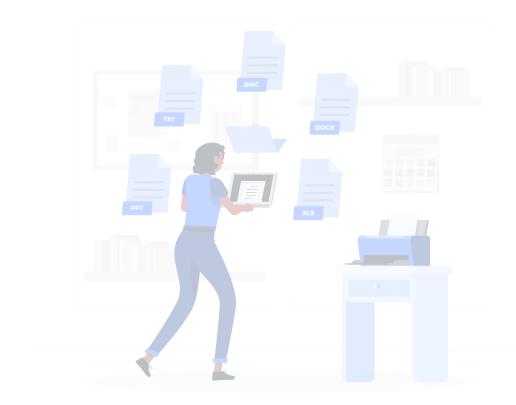


Painel Consolidador da DPOF Painel de Monitoramento Orçamentário e Financeiro -Cronogramas e Metas Painel Gerencial de Orçamento e Finanças Portal de Custos AGU

Página Inicial do Portal de Serviços DPOF



Fonte: Acervo da AGU.



Dessa forma, o Portal de Serviços da DPOF preza pelo desenvolvimento de melhores tecnologias, expansão do ambiente de automação, arquitetura de informações e, entre tudo, a criação de novos serviços, tais como o Sistema de Restituição e Retificação de GRU e Consulta GRU, fortalecendo ainda mais a Instituição.



Equipe Técnica UnB/Latitude: André Luiz de Souza, Guilherme Fay Vergara, Hugo Aragão de Oliveira, José Fortes Neto, Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda, Thaís Oliveira Silva, Viviane Cristina Soares Alves.

Equipe Técnica AGU: Carlos Eduardo Lacerda Veiga, Maria Lúcia Silva Malta.

SISTEMA DE RESTITUIÇÃO E RETIFICAÇÃO DE GRU

Melhoria na eficiência dos processos administrativos e acesso ao requerimento de uma restituição ou retificação de uma Guia de Recolhimento da União.

s processos de restituição e retificação de GRU requerem dos servidores e solicitantes um trabalho manual na produção e na movimentação de documentações, tanto na forma física quanto na forma digital.

O sistema automatizado de monitoramento auxiliará no andamento desse tipo de análise, garantindo que o próprio cidadão requerente possa cadastrar uma solicitação de restituição/retificação sem a necessidade de ajuda externa, garantindo também que os servidores da AGU possam executar suas análises de forma prática.

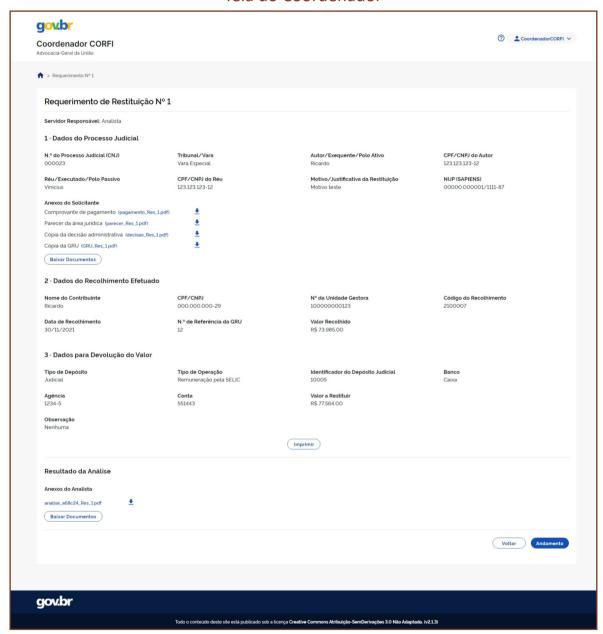
O projeto trouxe benefícios tanto para a AGU quanto para o meio científico, melhorando a eficiência e a transparência dos processos administrativos e financeiros da AGU, além de:

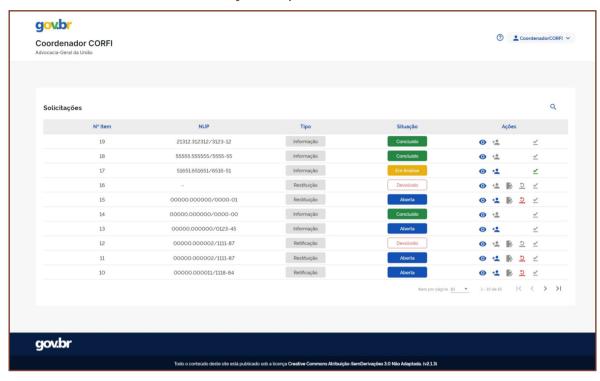
- Garantir o cumprimento do fluxo de registro e análise de um requerimento de acordo com a Portaria AGU 400/2017.
- Facilitar o monitoramento da produtividade do processo de análise.
- Facilitar a solicitação de uma restituição ou retificação por um agente externo.
- Melhorar a dinâmica de trabalho da equipe responsável pelo processo de análise, fazendo com que ela possa focar em apenas avaliar cada caso sem a preocupação de lidar com anexos.



IMAGENS DO SISTEMA

Tela do Coordenador





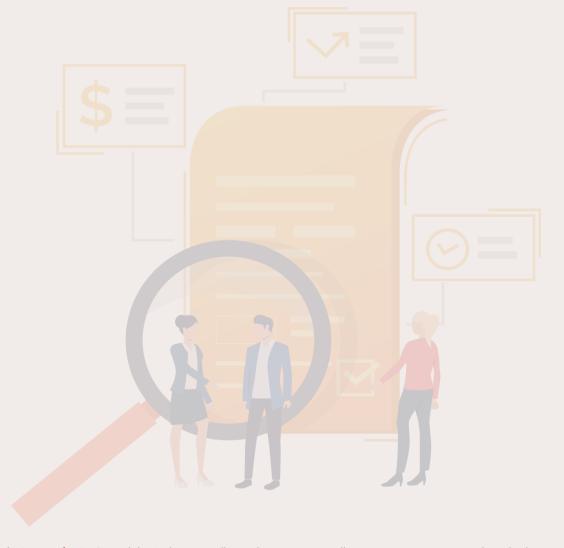
Tela de distribuição de processos do Coordenador







Sendo assim, o projeto foi uma iniciativa importante para melhorar a eficiência, transparência e acessibilidade dos processos administrativos e financeiros da instituição, facilitando o acompanhamento de solicitações dos requerimentos de Restituição e Retificação, além de servir como modelo para outros órgãos públicos e instituições científicas no desenvolvimento de soluções semelhantes e contribuir para o cumprimento de obrigações legais relacionadas à transparência e acessibilidade de informações.



Equipe Técnica UnB/Latitude: André Luiz de Souza, Ellen Katharine Souza Coelho, Geovana Ramos Sousa Silva, Glayder Wanderson Souza da Silva, Guilherme Fay Vergara, Guilherme Guy de Andrade, Hugo Aragão de Oliveira, João Francisco Lopes Gonçalves Júnior, Marcus Vinícius Alvarenga Nascimento, Maria Karolina Beckman Pires, Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda, Sigfredo Farias Rocha.

Equipe Técnica AGU: Adriana Rodrigues dos Santos, Carlos Alexandre Moura da Silva, Carlos Eduardo Lacerda Veiga, Cleidemário Luiz de Souza, Frederico Rodolfo Lima da Silva, Márcio Henrique da Silva, Marcos Paulo Alves Decicco, Paola Benazi Vieira, Ronaldo Franco Oliveira, Silvia Helena Pimentel do Nascimento, Tomaz de Aquino Mendes Neto.

SISTEMA DE CONSULTA DE INFORMAÇÃO DE GRU

Melhoria na eficiência dos processos administrativos e acesso à informação são alguns dos benefícios da solução de consulta de informação de Guia de Recolhimento da União.

A Guia de Recolhimento da União (GRU) é um documento emitido pelo Governo Federal que serve como uma forma de pagamento para arrecadação de tributos, taxas, contribuições e outros valores devidos à União, sendo essencial para diversos processos administrativos e financeiros.

A Advocacia-Geral da União (AGU) precisava de uma forma eficiente e acessível para consulta de GRU, pois essas informações são importantes para diversos processos administrativos e financeiros de várias instituições e cidadãos. Antes, para consultar o andamento de uma GRU, o cidadão precisava enviar um e-mail para a Secretaria-Geral de Administração (SGA) da AGU, a qual, por sua vez, analisava caso por caso e respondia o e-mail para o solicitante.

O projeto de criação do Sistema de Consulta de Informação de GRU (Guia de Recolhimento da União) foi desenvolvido para atender uma necessidade específica da instituição, que é a de garantir acesso fácil e rápido às informações de GRU para todos os interessados.

O objetivo do projeto foi desenvolver uma plataforma de consulta de GRU, onde qualquer pessoa pode acessar informações de forma intuitiva, sem a necessidade de se deslocar até uma unidade da AGU ou enviar e-mail. A plataforma também oferece recursos adicionais, como a possibilidade de baixar um relatório relacionado às GRUs.

O projeto trouxe benefícios tanto para a AGU quanto para o meio científico, pois melhorou a eficiência e a transparência dos processos administrativos e financeiros da AGU, além de:

- Oferecer acesso fácil e rápido às informações de GRU para qualquer pessoa interessada.
- Contribuir para o cumprimento de obrigações legais relacionadas à transparência e acessibilidade de informações.
- Poder servir como modelo para outros órgãos públicos e instituições científicas no desenvolvimento de soluções semelhantes.



CONSULTA DE GRU

O Sistema de Consulta de Informação GRU foi desenvolvido para atender à AGU, garantindo acesso fácil e rápido às informações de GRU para todos os interessados.



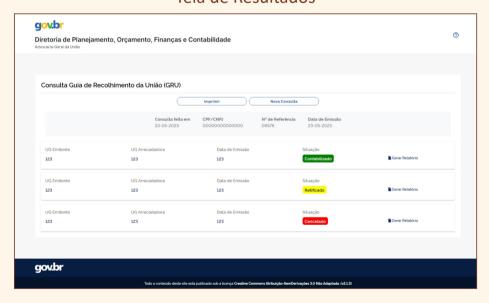
IMAGENS DO SISTEMA

Tela Inicial



Fonte: Acervo da AGU.

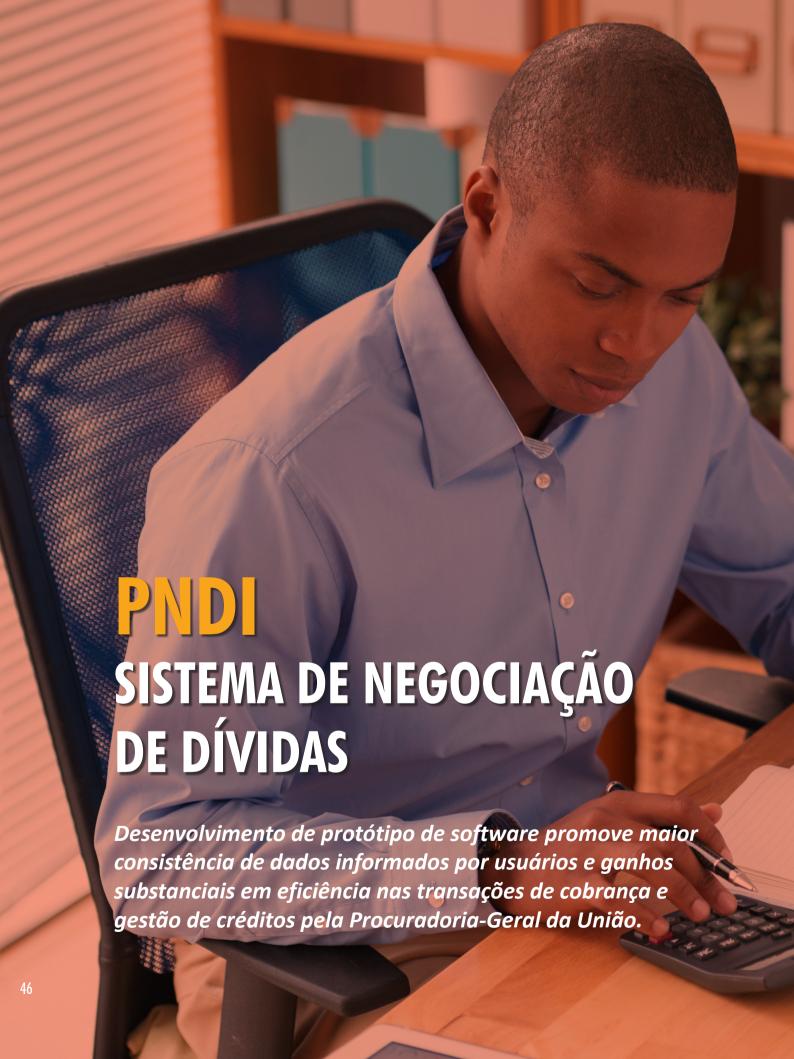
Tela de Resultados



Fonte: Acervo da AGU.

Equipe Técnica UnB/Latitude: André Luiz de Souza, Ellen Katharine Souza Coelho, Geovana Ramos Sousa Silva, Glayder Wanderson Souza da Silva, Guilherme Fay Vergara, Guilherme Guy de Andrade, Hugo Aragão de Oliveira, Jéssica Dayane da Silva Viana, João Francisco Lopes Gonçalves Júnior, Lucas Afonso da Silva, Marcelo Araújo Filho, Marcos Vinícius Alvarenga Nascimento, Maria Karolina Beckman Pires, Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda, Sigfredo Farias Rocha, Victor Hugo Justino Garcia Praciano, Viviane Cristina Soares Alves.

Equipe Técnica AGU: Adriana Rodrigues dos Santos, Carlos Alexandre Moura da Silva, Carlos Eduardo Lacerda Veiga, Cleidemário Luiz de Souza, Frederico Rodolfo Lima da Silva, Márcio Henrique da Silva, Marcos Paulo Alves Decicco, Paola Benazi Vieira, Ronaldo Franco Oliveira, Silvia Helena Pimentel do Nascimento, Tomaz de Aquino Mendes Neto.



motivação para a criação do projeto do PNDI, Sistema de Negociação de Dívidas, originou-se a partir da criação da Lei nº 13.988, publicada em 14 de abril de 2020, que estabeleceu novas regras para que a União pudesse realizar transações relativas a seus créditos, de natureza tributária ou não tributária. A lei foi regulamentada pela Portaria nº 249, de 8 de julho de 2020, do Advogado-Geral da União, e pela Portaria nº 14, de 13 de julho de 2020, do Procurador-Geral da União.

Os créditos cobrados e geridos pela Procuradoria-Geral da União (PGU), de natureza não tributária e considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, podiam ser objeto de propostas de transação junto à PGU. Existiam exceções, previstas nos artigos 2º e 6º da Portaria AGU nº 249/2020.

A Lei nº 13.988/2020 e a Portaria AGU nº 249/2020 ofereciam benefícios, como parcelamentos em até 84 vezes para pessoas jurídicas e até 145 vezes para pessoas físicas, com descontos de até 50% e 70% sobre juros, multas e encargos legais, respectivamente, e moratória de até 180 dias para empresas em recuperação judicial. O processo começava com a apresentação da proposta pelo interessado, que seria examinada por um Advogado da União e, se aprovada, o interessado assinaria um Termo de Transação. Casos de negação da proposta podiam ser objeto de recurso administrativo.

Diante desse cenário, tornou-se necessário o desenvolvimento de um protótipo de software, visando solucionar o problema identificado na PGU, de modo a possibilitar a recepção de dados dos usuários para posterior análise de ingresso na Lei nº 13.988 de 2020 e processamento do SAPIENS em atendimento a Portaria nº 14, de 13 de junho de 2020. A proposta apresentada foi a de empregar as melhores práticas de desenvolvimento utilizando microserviços com Spring Boot e a aplicação de Angular JS.



- Aperfeiçoar os procedimentos de coleta, processamento e tratamento de informações da proposta de transação individual do devedor dos créditos.
- Controlar o acesso às informações.
- Disponibilizar informações gerenciais para grupos de interesse.
- Facilitar a interoperabilidade entre sistemas.
- Facilitar o acesso às informações ao usuário.
- Gerenciar e padronizar processos de análise.
- Otimizar a segurança, controle e processos operacionais.
- Agilizar o recebimento de dados dos usuários para posterior análise de ingresso na Lei nº 13.988 de 2020 e processamento do Sapiens.

Um dos ganhos principais do PNDI inclui ainda a obtenção e consolidação de informações gerenciais sobre o exercício de tal atividade, no âmbito da Instituição, e proporcionar um melhor serviço ao cidadão.

Ao informatizar o processo, antes manual, de recepção de dados de usuários, tornou-se possível obter, com maior precisão e consistência, os dados informados pelos usuários, além de agilidade e eficiência no processamento, armazenamento e acesso aos dados. A redução de custos operacionais devido à automação de tarefas manuais e melhora na segurança dos dados foram outros ganhos significativos do PNDI, facilitando a análise e utilização dos dados para os fins da Lei nº 13.988 de 2020.

CONHECENDO O SISTEMA

Pessoa Física e Jurídica

A Pessoa Física é responsável por:

- Realizar o seu cadastro.
- Preencher o Formulário do Sistema Negociação de Dívidas - Lei nº 13.988/2020, cujo andamento acompanhará através do sistema.
- Anexar os documentos exigidos.



Criação de Nova Proposta

Sistema Negociação de Dívidas - Lei nº 13.988/2020

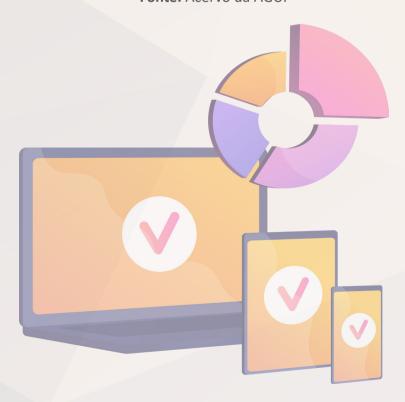
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO NOME DO USUÁRIO

CRIAR NOVA PROPOSTA

Nenhuma proposta encontrada

Preenchimento de Proposta

Informações	Status	
1. Qualificação completa do devedor Art. 96, 1, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
2. Relação de todos os créditos em cobrança pela PGU, PGFN e PGF relacionados ao devedor e parâmetros da transação escolhidos pelo devedor Art. 96, II e IV, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
3. Relação de todas as ações judiciais em que o devedor é parte, com estimativa atualizada dos valores demandados, inclusive trabalhistas Art. 96, III, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
4. Exposição das causas concretas da situação econômica e patrimonial que justificam a proposta de transação Art. 96, V. da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
5. Declaração de que o devedor, durante o cumprimento da transação, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação prévia à PGU Art. 96, VI, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
6. Relação de bens e direitos, no país e no exterior, de propriedade do devedor, dos seus sócios administradores e das sociedades empresariais nas quais estes tenham qualquer tipo de participação societária, com a respectiva localização e destinação Art. 96, VII, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
7. Declarações de Imposto de Renda dos últimos 3 (três) anos, na forma dos incisos VII e VIII do art. 15 da Portaria AGU nº 249/2020 Art. 96, VIII e IX, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
8. Renúncia expressa aos sigilos fiscal e bancário Art. 96, 5 3°, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
9. Procuração com poderes para transigir quanto ao crédito a ser transacionado Art 96, § 4º, da Portaria Normativa PGU/AGU nº 1/2021	PENDENTE	PREENCHER
		CONCLUIR E ENVIAR

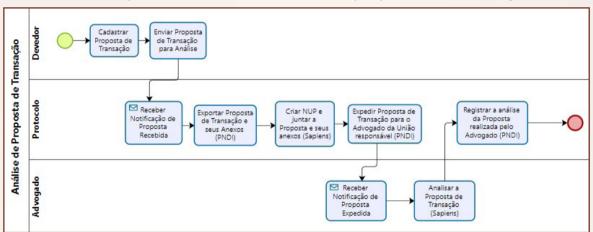


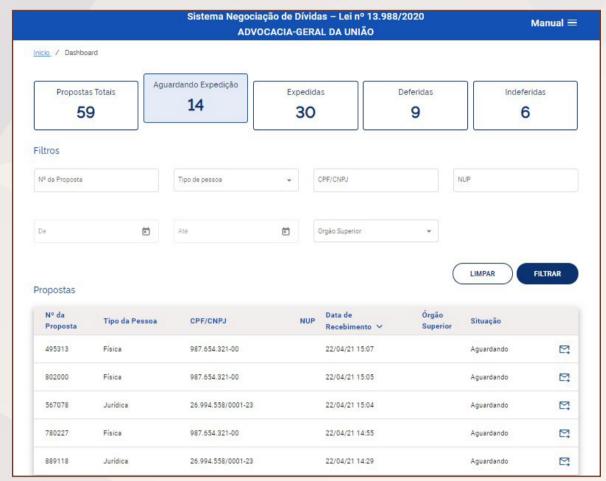
Módulo de Administração

Para realizar a tramitação, foi criado no sistema o perfil "Protocolo", no qual será o usuário o responsável por gerenciar as propostas. O usuário deve:

- Cadastrar os Advogados da União de sua CORAT.
- Exportar as propostas recebidas, juntamente com seus anexos.
- Criar um NUP no Sapiens e juntar a proposta exportada e seus anexos.
- Cadastrar no sistema as informações do NUP e do Advogado da União responsável.
- Informar no sistema se a proposta foi deferida ou indeferida.

Fluxo do processo de recebimento das propostas de transação





Tela do administrador

Fonte: Acervo da AGU.

A Portaria Normativa AGU nº 40/2022 trouxe alterações para o PNDI (Sistema Negociação de Dívidas), e foi necessário atualizar os links e textos presentes no formulário, bem como nas seções internas correspondentes a cada item.

Foi criado um botão "Atos normativos e documentos relevantes" e foram removidos os links da modal "Sobre o Sistema Negociação de Dívidas - Lei nº 13.988/2020". Foram feitas mudanças nas referências das portarias e em alguns itens do formulário e, consequentemente, nas propostas e relatórios gerados. As mudanças foram aplicadas somente às propostas recebidas a partir de 01 de fevereiro de 2022, e os manuais e o modelo de termo de transação permaneceram inalterados. Também

foi modificado o sistema para que e-mails automáticos fossem enviados tanto para usuários de perfil "Protocolo" quanto "Administrador".

A conclusão do Produto foi importante para a construção do projeto, pois, a partir da proposta de metodologia, foi possível proceder às ações previstas para caracterização de indicadores de interesse para a SGA/AGU.

O desenvolvimento do protótipo de software permitiu a recepção de dados dos usuários no Sistema Negociação de Dívidas – Lei nº 13.988 de 2020, possibilitando diversos benefícios além da visão centralizada de gestão de informações.

Concluiu-se que o sistema concedeu uma ampla visão dos aspectos da gestão da AGU, tornando a tomada de decisões mais ágil e eficiente, diminuindo os riscos e possíveis erros,



podendo até mesmo ser utilizado como ferramenta de Governança e Gestão devido à otimização de tempo e recursos. Outro benefício destacado foi a participação integrada das áreas, que se mostraram mais comprometidas, reforçando o senso de construção colaborativa, com foco em resultados. Finalmente, o Sistema Negociação de Dívidas – Lei nº 13.988 de 2020 - propiciou a tomada de decisões mais tempestivas e precisas, baseadas em informações consistentes, sintetizadas, atualizadas e alinhadas estrategicamente. A equipe da UnB considerou ter tido acesso a todas as informações necessárias à boa condução dos trabalhos e que a disponibilização dessas informações pela equipe da SGA/UnB, assim como as atividades conjuntas de análise e discussão, levou a etapa do projeto a bom termo.



PAINEL GERENCIAL DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Secretaria-Geral de Administração (SGA) é classificada como órgão singular da Advocacia-Geral da União pelo Decreto nº 11.328, de 01 de janeiro de 2023.

órgão atua estruturado nas seguintes áreas de gestão e planejamento: Gestão de Pessoas, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão Logística, Gestão Documental, e Gestão das Atividades Disciplinares dos servidores administrativos em exercício na AGU.

A SGA planeja, coordena e supervisiona atividades nessas grandes áreas, além de promover continuamente ações de inovação institucional no âmbito da AGU.

tics

Com o objetivo de otimizar e realizar, de forma ágil, análises sobre o controle contábil e financeiro da AGU, a Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade necessitava de uma ferramenta capaz de centralizar as informações de orçamento, limites, execuções, pagamentos, cronogramas, custos e contratos. Essas análises e informações deveriam ser disponibilizadas para fácil conferência e transparência, contemplando informações sobre toda a execução do orçamento da AGU.

Dessa forma, foi desenvolvido um Painel Gerencial utilizando a ferramenta Microsoft Power BI, orquestrando toda a coleta de dados, transformações, agrupamentos e cálculos dos dados. Contendo várias telas, o Painel é composto por informações relevantes sobre o controle da Execução de Orçamento, de fácil análise, sendo elas:

- Resumo Diário
- Orçamento
- Limites
- Execução
- Pagamentos
- Cronogramas
- Custos
- Visão Geral:

Pessoal

Contratos

No sentido de alcançar o objetivo geral, o relatório técnico teve os seguintes objetivos específicos:

- Aperfeiçoar os procedimentos de coleta, processamento e tratamento de informações.
- Controlar o acesso às informações.
- Disponibilizar informações gerenciais para grupos de interesse.
- Facilitar a interoperabilidade entre sistemas.
- Facilitar o acesso às informações ao usuário.
- Gerenciar e padronizar os processos de análise.
- Otimizar a segurança e controle.
- Otimizar os processos operacionais para evitar retrabalho.
- Oferecer transparência e comunicação entre as unidades demandantes de recursos e a unidade setorial de orçamento e finanças.
- Tornar viável a obtenção e consolidação de informações gerenciais sobre o exercício de tal atividade, no âmbito da Instituição

Tela de acesso ao site DPOF onde está acondicionado o link de acesso ao painel no card "Novo Painel Gerencial DPOF"

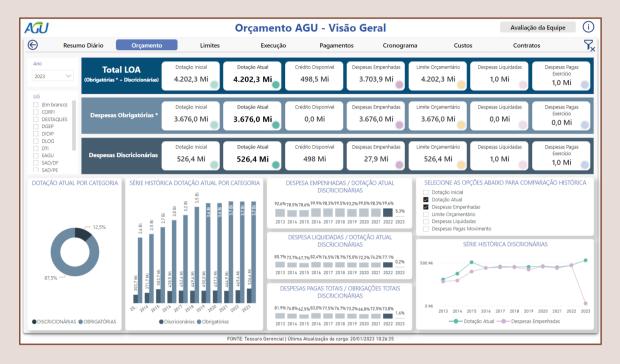
Site DPOF





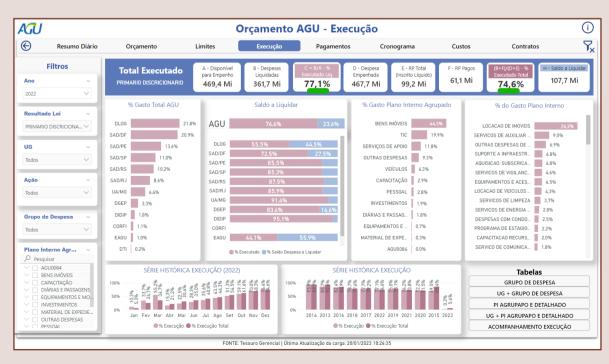


Tela do Orçamento



Fonte: Acervo da AGU.

Tela da Execução Financeira





Tela da Visão Geral de Custos

Fonte: Acervo da AGU.



Equipe Técnica UnB/Latitude: André Luiz de Souza, Fernando Gonçalves de Oliveira, Guilherme Fay Vergara, Jonathan Moreira Lima, Pollyana Ribeiro Azevedo Carpaneda, Viviane Cristina Soares Alves.

Equipe Técnica AGU: Carlos Eduardo Lacerda Veiga, Cleidemário Luiz de Souza, Frederico Rodolfo Lima da Silva, Héles Resende Silva Junior, Ivaldo de Mesquita Veras, Márcio Henrique da Silva.

CAPACITAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM



A capacitação para servidores públicos e colaboradores consiste em fornecer os conhecimentos e habilidades necessários para exercerem suas funções de maneira eficaz e eficiente. Ela pode incluir treinamento técnico, treinamento de habilidades gerais, treinamento de habilidades comportamentais, treinamento em liderança, treinamento em tecnologia e outros programas de desenvolvimento profissional. O objetivo da capacitação é melhorar o desempenho dos profissionais, permitindo que eles trabalhem de forma mais eficaz para atingir os objetivos da organização, ajudando também a se manterem atualizados com as tecnologias emergentes, bem como a desenvolver habilidades para lidar com as tarefas diárias.



Assim, fez-se necessária a implantação de soluções tecnólogicas para o Ambiente Virtual de Amprendizagem Moodle e a implementação de metodologias de desenvolvimento de cursos de Educação a Distância. Essas metodologias possibilitam a criação de conteúdos ricos e interativos para a capacitação do quadro profissional da organização.

Os cursos desenvolvidos terão a finalidade de fornecer conhecimento para contribuir com o desenvolvimento de competências institucionais, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento pessoal. A princípio, será produzido cursos que contemplam a temática de Gestão Pública, e futuramente isso se estenderá a outras temáticas.

A qualificação de profissionais é essencial para o bom desempenho de uma organização. Ela ajuda a preparar os servidores para desenvolver suas funções de maneira eficaz, bem como a se manterem atualizados com as tecnologias e habilidades mais recentes. Com o uso de ferramentas de análise de desempenho e metodologias de desenvolvimento de cursos de Educação a Distância, as organizações podem garantir que os servidores estejam capacitados para exercer suas funções da melhor maneira possível.

Nesse sentido, esse projeto trouxe como benefícios e desenvolveu soluções para otimização do processo de capacitação, como:

- Desenvolvimento de soluções customizadas para o AVA Moodle.
- Implantação de um fluxo de desenvolvimento de cursos na modalidade EaD.
- Elaboração de documentos estruturantes para o desenvolvimento do conteúdo (templates).
- Produção de programas de capacitação a distância sob demanda.
- Elaboração e execução de oficinas de capacitação, visando à transferência de conhecimento e autonomia dos conteudistas.

Em suma, o produto em desenvolvimento tem como objetivo a implantação de um modelo de gestão da plataforma AVA Moodle e o desenvolvimento de cursos EaD direcionados à capacitação, buscando aprimorar os processos de gestão e a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

O produto desenvolvido permitirá que a AGU ofereça cursos de aperfeiçoamento para seus servidores, melhorando a qualidade e a produtividade dos serviços prestados. Além disso, a utilização da plataforma AVA Moodle possibilitará à AGU melhorar a gestão de seus cursos EaD, facilitando o monitoramento e o acompanhamento dos alunos e a identificação de possíveis gargalos no processo de formação.

Por fim, espera-se que esse trabalho contribua com o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores, auxiliando a adoção de novos modelos de gestão e aperfeiçoamento contínuo. Com isso, considera-se que a melhoria dos serviços seja alcançada e que os usuários possam contar com qualidade no atendimento e solução de problemas.



DESENVOLVIMENTO DE CURSOS EAD

A fundamentação pedagógica desses cursos é norteada através de documentos estruturantes (templates) que permitem que a jornada de aprendizagem e as diretrizes que serão empregadas sejam definidas. Esses templates apontam as competências desejadas para se construir no sujeito aprendiz, bem como o modelo de educação que sempre é pensado e desenhado contemplando os avanços tecnológicos e toda a inovação da atualidade.

Os documentos utilizados para o direcionamento e organização, são:

- Roteiro de Atividade de Ensino RAE.
- Roteiro de Conteúdo para Implementação RCI.
- Roteiro de Elaboração de Objeto Audiovisual REOA.

Esses documentos são essenciais para o desenvolvimento dos cursos, pois trazem as diretrizes de aprendizagem que devem ser seguidas. O RAE, por exemplo, tem como foco a estruturação das atividades e avaliações, enquanto que o RCI tem como objetivo a organização dos conteúdos a serem trabalhados e o REOA auxilia no desenvolvimento de objetos audiovisuais para a melhor compreensão dos conteúdos. Além disso, é importante que se tenha em vista a construção de um ambiente de aprendizagem que seja motivador e agradável para os alunos. Para isso, é necessário que sejam considerados os estilos de aprendizagem deles, bem como o uso de tecnologias e recursos que possam facilitar esse processo de capacitação.

CURSOS EAD

Conceitos de Finanças e Planejamento Governamental

O objetivo geral do curso é descrever os conceitos básicos de planejamento, planejamento público e os instrumentos de planejamento público no Brasil, em seus estados e municípios.

Ao final do curso, espera-se que o servidor seja capaz de:

- Reconhecer os conceitos associados ao planejamento.
- Reconhecer o conceito de planejamento público.
- Identificar os instrumentos de planejamento público no Brasil, em seus estados e municípios.
- Reconhecer como a Administração Pública se organiza.

Status: Concluído.

Conteudísta AGU: Carlos Eduardo Lacerda Veiga

Elaboração da Proposta Orçamentária Anual

O objetivo geral do curso é capacitar os servidores da AGU para utilizarem as boas práticas na elaboração da Proposta Orçamentária alinhada às diretrizes do órgão central e ao planejamento da AGU por meio de um passo a passo padronizado, visando à eficiência operacional na execução do orçamento.

Ao final do curso, espera-se que o servidor seja capaz de:

- Reconhecer as fases do ciclo orçamentário.
- Reconhecer a importância da integração entre a setorial orçamentária e as unidades executoras responsáveis em fornecer informações.
- Reconhecer a importância do PLOA para o atendimento das demandas das unidades consolidadas na AGU.
- Identificar as etapas do passo a passo para elaborar o orçamento da AGU.

Status: Em construção.

Conteudísta AGU: Cleidemário Luiz de Souza

Universidade de Brasília e Advocacia-Geral da União RESUMO DAS INOVAÇÕES 2020 • 2023

Restos a pagar

O objetivo geral do curso é capacitar os servidores da AGU acerca dos conceitos e da legislação relacionadas à gestão de despesas em Restos a Pagar, apresentando as etapas de execução para que tomem decisões mais seguras e que otimizem os recursos.

Ao final do curso, espera-se que o servidor seja capaz de:

- Reconhecer o conceito de Restos a Pagar.
- Reconhecer a importância da legislação referente a Restos a Pagar.
- Identificar as etapas de execução de Restos a Pagar.
- Reconhecer a importância do planejamento da inscrição de despesa em Restos a Pagar.
- Analisar os casos de cancelamento de Restos a Pagar.
- Resolver casos complexos de execução de Restos a Pagar.

Status: Em construção.

Conteúdista AGU: Márcio Henrique da Silva

Consulta GRU no SISGRU

O curso Consultas de Valores arrecadados por Guia de Recolhimento da União (GRU) no SisGRU está inserido no contexto de consulta das arrecadações realizadas por partes contrárias nos processos judiciais em que há atuação da Advocacia-Geral da União. Serão tratadas no curso as informações introdutórias dos assuntos, bem como onde deve ser feita a solicitação de cadastro de acesso ao SisGRU, além da realização da consulta propriamente dita.

Ao final do curso, espera-se que o servidor seja capaz de:

- Reconhecer o que é a Guia de Reconhecimento da União (GRU).
- Reconhecer a importância do SisGRU.
- Identificar as etapas de realização de consulta de valores arrecadados no SisGRU.
- Identificar informações constantes da GRU.

Status: Em construção.

Conteúdista AGU: Bruno Nóbrega Luiz



Equipe Técnica UnB/Latitude: Danielle Alves de Oliveira Tabosa, Ludmila Bravim da Silva, Nayara Gomes Lima, Rafaela da Silva Velozo.

Equipe Técnica AGU: Bruno Nóbrega Luiz, Carlos Eduardo Lacerda Veiga, Cleidemário Luiz de Souza, Ivaldo de Mesquita Veras, Márcio Henrique da Silva.

CURSOS DE EXTENSÃO

A capacitação dos integrantes de uma instituição é uma das responsabilidades do órgão e de seus gestores. Como é de conhecimento de todos, a todo momento surgem novas tecnologias, metodologias, etc.

Pensando nisso, existe a meta 7 - Concepção e execução de ações visando à transferência de conhecimento para AGU, do Termo de Execução Descentralizada da UnB/AGU. Assim, foram ministrados cursos que visam capacitar os estudantes da UnB, pesquisadores, membros e servidores da AGU.

Assim, entre os três cursos a seguir e a partir de ações realizadas, foi possível capacitar 59 pessoas, entre alunos, pesquisadores, servidores e membros da AGU, trazendo mais conhecimento e melhorias para as atividades exercidas no dia a dia de cada participante.





CAPTURA ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL E ACESSO, COM USO DE RDC-ARQ: O CASO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

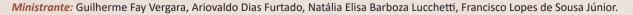
Este curso ofereceu uma visão geral sobre a cadeia de custódia de documentos digitais, incluindo conceitos, legislação e a realidade brasileira. O curso foi dividido em 4 módulos e realizado em 4 dias diferentes, com carga horária de 8 horas:

O primeiro módulo introduziu conceitos de preservação e acesso a documentos digitais, incluindo normas de digitalização, normas arquivísticas, normas ISO e NBR e a necessidade de estabelecer regras de política de preservação digital. Também foi abordado o conceito e manutenção da cadeia de custódia, bem como o modelo OAIS (SAAI) e o papel do Arquivo Nacional na realidade brasileira.

O segundo módulo apresentou o caso do Ministério da Economia, incluindo desafios gerais, como escolher o repositório e a plataforma de disseminação, prototipação de um novo sistema, equipe multidisciplinar e os aspectos de gestão, preservação e acesso a documentos digitais.

O terceiro módulo se concentrou na digitalização e disseminação de itens digitais utilizando repositórios digitais arquivísticos fiáveis (RDC-Arq), incluindo o processo de descrição e validação de metadados, formatos e transformações de itens digitais, o pacote Bag-it e a normalização manual de itens digitais, a integração do Archivematica e o uso da plataforma AtoM para disseminação.

O quarto módulo abordou a instalação e configuração das ferramentas necessárias, incluindo os requisitos mínimos, construção de ambiente, instalação do Archivematica 1.11.0 e do AtoM 2.4.1, bem como a integração e interoperabilidade.





UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE ESTATÍSTICO R

Esse curso teve como objetivo capacitar os participantes na análise e visualização de dados.

R é tanto uma linguagem de programação quanto um ambiente de desenvolvimento para análise e visualização de dados criada em 1995 e que compreende uma série de pacotes que contém funções úteis para qualquer tipo de análise estatística que se deseja fazer.

Além disso, a grande vantagem do software R em relação aos seus principais concorrentes do mercado é ser um software livre, ou seja, ele é e para sempre será gratuito. Dessa forma, o usuário não precisa se preocupar em que máquina o software está instalado e licenciado.

Algumas vantagens da utilização do software R são:

- Software Livre, ou seja, não é necessário pagar para utilizá-lo.
- Trabalha com bancos de dados relacionais e não relacionais de maneira integrada.
- Pode ser utilizado para automatizar relatórios em Markdown e reduzir o tempo de trabalho de produção não programativa.
- Pode ser utilizado para criar ou ser integrado a sites, permitindo visualizações de maneira automática e simples.
- Tem capacidade matemática enorme, desde trabalho com matrizes, integrais, derivadas, distribuições de probabilidade, entre outros.

Assim, ao final do curso, os participantes são capazes de instalar, configurar, utilizar e gerenciar bases de dados.



DESIGN UX

Certificado UnB

O foco do curso foi a explicação dos conceitos para um design de sistema, desde a concepção do conceito de prototipação até o refinamento no que tange boa apresentação. Assim, aos participantes foi apresentado o modelo inicial das novas transformações e reorganizações das informações que devem ser apresentadas de maneira visual de acordo com o negócio.

Com uma metodologia expositiva, a apresentação dos conceitos se deu nas aulas com exemplos práticos e usos de caso.

Casos de uso básicos e intermediários foram apresentados a fim de demonstrar na prática a melhor forma de trabalhar com imagens, dados, planilhas, tabelas, bem como desafios enfrentados por usuários ao navegar em páginas ou até mesmo em sistemas que não oferecem facilidade na usabilidade da ferramenta.

Os alunos, ao fim do curso, estão capacitados a identificar problemas de usabilidade, definir métricas para tamanhos de imagens, formatos e melhor forma de apresentação, bem como propor ao usuário final uma melhor forma de navegação com em um ambiente com interface intuitiva e mais amigável.

Algumas vantagens da utilização de UX design são:



- O desenvolvimento de aplicações amigáveis aos usuários.
- Maior usabilidade e acessibilidade aos usuários.
- Melhor atendimento às necessidades reais do usuário.
- Menor necessidade de retoque no produto final, já que o usuário é o centro do projeto.
- Menor risco de fugir do escopo.

Logo, os participantes são capazes de elaborar atividades relacionadas a interfaces digitais, como jornadas e pesquisa sobre usuários e testes de usabilidade.

Ministrante: Narmer Abouhassan de Carvalho.

Certificado UnB

FUNDAMENTOS DO FRAMEWORK SCRUM

O curso de extensão Fundamentos do Framework Scrum foi ministrado aos colaboradores da AGU e da UnB com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento de software. A capacitação foi realizada por meio do Framework Scrum, que é um processo de gerenciamento ágil de projetos de software.

O Scrum possui um conjunto de valores, princípios e práticas que ajudam a equipe de projeto a entregar produtos ou serviços de valor em um ambiente complexo e desafiador de forma produtiva, criativa e com produtos de maior valor possível (SCHWABER; SUTHER-LAND, 2020).

Atualmente, é o framework mais utilizado mundialmente devido a sua simplicidade e estrutura para ajudar a alcançar objetivos. Ele é amplamente utilizado pelos departamentos de TI.

O Scrum tem 5 valores:



- Compromisso
- Foco
- Abertura
- Respeito
- Coragem

Desta forma, os alunos estarão aptos a entender o ecossistema das metodologias ágeis, bem como artefatos e princípios do Scrum, podendo identificar os papéis, os eventos, as Sprints e seu planejamento, além de organizar, conduzir e aplicar projetos utilizando a metodologia.

Ministrante: Fernando Gonçalves de Oliveira.



DESAFIOS, TRABALHO EM EQUIPE, RESULTADOS E INOVAÇÃO DA AGU

Márcio Aurélio de Souza Fernandes Pesquisador da UnB

Quais foram os principais desafios na implementação dos projetos da UnB na AGU?

66

A AGU é uma Instituição complexa, com vários Órgãos e que atua em várias áreas. Sendo assim, o principal desafio para equipe da UnB foi identificar e mapear as reais necessidades de cada solicitação, bem como apontar a melhor solução, seja ela metodológica ou tecnológica. Uma vez superados esses desafios, tivemos um outro ponto que podemos ressaltar, que foi a necessidade em atender a projetos importantes em um tempo curto e limitado, já que sugiram devido às portarias e decretos publicados.



Em poucas palavras, como foi o trabalho em equipe e colaboração da AGU no desenvolvimento e na parte negocial do projeto?

66

A equipe da AGU foi e está sendo determinante para o sucesso de todos os projetos dentro do TED, pois são os conhecedores dos processos de negócio e das necessidades do Órgão. Assim, é importante frisar que não teríamos tido eficácia sem o real comprometimento de todos os envolvidos, sem a disposição para reuniões em horários dos mais diversos e sem os esclarecimentos em tempo hábil das dúvidas impostas por nossos pesquisadores aos servidores da AGU. Assim, isso mostra como comprometimento e disponibilidade dos servidores fizeram com que o resultado se tornasse um sucesso.

"

Do seu ponto de vista, como essas iniciativas irão influenciar o desenvolvimento e inovação da AGU?

As iniciativas contidas no TED estão alinhadas às necessidades da AGU, dessa forma, os resultados trarão mais agilidade, organização e controle sobre as atividades executadas pelos servidores da AGU. Um exemplo é o SAE (Sistema de Avaliação e Ensino), entregue nos primeiros anos de projeto, que fez com que o Órgão tivesse, de forma fácil e ágil, meio de consultar e gerenciar a disponibilidade dos seus membros.

"

REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. J.; CARMICHAEL. A. **Essential Kanban Condensed**. Lean-Kanban University, 2016.

AXELOS GLOBAL BEST PRACTIVE. **What is ITIL?** Disponível em: https://www.axelos.com/best-practice-solutions/itil/what-is-itil. Acesso em: dez. 2022.

AXELOS LIMITED. ITIL Foundation: ITIL 4 Edition. TSO, 4th edição, 2019.

BECK, K. *et al.* **Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software**. Disponível em: https://agilemanifesto.org/iso/ptbr/manifesto.html. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10608.htm. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8443.htm. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Instrução Normativa nº 4, de 14 de novembro de 2018. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33694. Acesso em: dez. 2022.

DAITYAR, S. Angular vs React vs Vue: Which Framework to Choose in 2021. 2020. Disponível em: https://www.codeinwp.com/blog/angular-vs-vue-vs-react/. Acesso em: dez. 2022.

UMCOMO. **Como fazer um texto expositivo**. 2021 A Disponível em: https://educacao.umcomo.com.br/artigo/como-fazer-um-texto-expositivo-29715.html. Acesso em: dez. 2022.

GIT. **Free Software Foundation**, Inc. Disponível em: https://git-scm.com/. Acesso em: 10 nov. 2020.

GITHUB. Command Line Usage. Tesseract documentation. 2023. DIsponível em: https://git-scm.com/. Acesso em: 19 abr. 2023.

KEMP, K.; KALKUR, R., et al. GitHub, c2013 Disponível em: https://tesseract-ocr.github.io/tessdoc/Command-Line-Usage.html#simplest-invocation-to-ocr-an-image. Acesso em: dez. 2022.

KIM, G. **Top 11 Things You Need to Know About DevOps**. 2013. Disponível em: https://www.thinkhdi.com/~/media/HDICorp/Files/White-Papers/whtppr-1112-devops-kim.pdf. Acesso em: dez. 2022.

MEDIUM.COM. **Using NLP (BERT) to improve OCR accuracy**. 2019 A Disponível em: https://medium.com/doma/using-nlp-bert-to-improve-ocr-accuracy-385c98ae174c. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

MOODLE. **Sobre o Moodle**. Disponível em: https://docs.moodle.org/all/pt_br/Sobre_o_Moodle. Acesso em: dez. 2022.

MORRISL.JS. Olly Smith, c2013. Disponível em: http://morrisjs.github.io/morris.js/. Acesso em: dez. 2022.

NEWMAN, S. **Building microservices**: designing fine-grained systems. [S.I.]: O'Reilly Media, Inc., 2015.

PMI. A guide to the project management body of knowledge (PMBOK guide). [S.l.]: Project Management Institute, 7th ed., 2021.

SANTOS, D. **Tabela de comparação entre Angular, React + Redux e Vue.js**. 2017. Disponível em: https://medium.com/@daniel.dia/compara%C3%A7%C3%A3o-entre-angular-react-redux-e-vue-js-a256d0fce8e0. Acesso em: dez. 2022.

SCHWABER, K.; BEEDLE,. **Agile software development with Scrum. Vol. 1**. [S.l.]: Upper Saddle River: Prentice Hall., 2002.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The Scrum Guide** - The Definitive Guide to Scrum: The Rules of the Game. 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/scrum-guide.html. Acesso em: dez. 2022.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The 2020 Scrum Guide**, c2020. Scrum Guide. 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/scrum-guide.html. Acesso em: dez. 2022.

SILVEIRA,P. *et al.* **Introdução à Arquitetura e Design de Software**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SHARMA, S. **Mastering Microservices with JAVA:** Build Enterprise Microservices with Spring Boot 2.0, Spring Cloud, and Angular. [S.I.]: Packt Publishing Ltd, 2019.

SPRING BY VMWARE TANZU. **Spring Boot 3.0.2**. Disponível em: https://spring.io/projects/spring-boot. Acesso em: dez. 2022.

SYDLE.COM. **O que é OCR?** Para que serve? Entenda. 2022 A Disponível em: https://www.sydle.com/br/blog/o-que-e-ocr-600b8be3009fd702f0761f43/. Acesso em: dez. 2022.

TECHAHEADCORP.COM. How CI/CD can save app development time and create robust apps. 2020 A Disponível em: https://www.techaheadcorp.com/blog/how-ci-cd-save-app-development-time/. Acesso em: dez. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. DN 155 – TCU, 23 de novembro de 2016. **Tribunal de Contas de União - TCU**. Disponível em: <u>encurtador.com.br/kzHZ6</u>. Acesso em: dez. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. IN 71 – TCU, 28 de novembro de 2012. Tribunal de Contas de União - TCU. Disponível em: encurtador.com.br/eFGH1. Acesso em: dez. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. ON 05 – 05 de fevereiro de 2013. **Tribunal de Contas de União - TCU**. Disponível em: <u>encurtador.com.br/BEJ38</u>. Acesso em: dez. 2022.













